

Sociedade Maranhense de Direitos Humanos
Monitoramento da Violência
no Maranhão



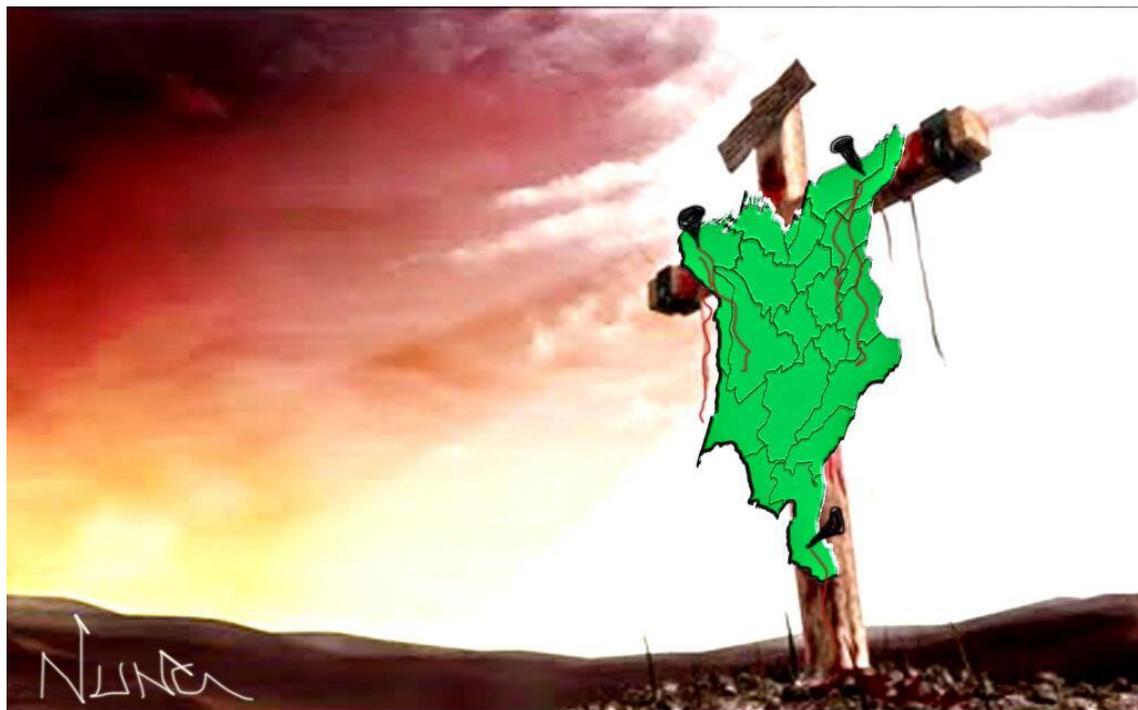
Mortes Violentas Intencionais (MVI) – Maranhão e Grande São Luís

A Sociedade Maranhense de Direitos Humanos adota a mesma metodologia utilizada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FSBP) e pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) na elaboração do Atlas da Violência 2017, qual seja, a metodologia das mortes violentas intencionais (MVI), obtidas a partir dos dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde. O número de mortes violentas intencionais (MVI) foi obtido pela soma das seguintes CIDs 10: X85-Y09 e Y35-Y36, ou seja: óbitos causados por agressão mais intervenção legal.

Se tomarmos como parâmetro os dados divulgados pela Secretaria de Segurança Pública (SSP), as mortes violentas intencionais (MVI) correspondem ao somatório das seguintes categorias: 1) homicídios dolosos, feminicídios e infanticídios; 2) roubo seguido de morte (latrocínio); 3) lesão corporal seguida de morte; 4) lesão com morte em período posterior; 5) mortes em estabelecimentos do e sob a guarda do Estado (em delegacias, presídios e unidades socioeducativas); 6) homicídios decorrentes de intervenção policial; 7) mortes a esclarecer com indícios de crime (achados de corpos, descoberta de ossadas).

Dessa maneira, buscamos compor um quadro o mais abrangente possível da diversidade da violência letal intencional, em suas múltiplas causas e fatores.

MORTES VIOLENTAS INTENCIONAIS (2005-2015)



No Maranhão, no espaço de uma década (2005-2015) o percentual de aumento das mortes violentas foi de 130,7%. Em 2005, o índice foi de 15,3 mortes por cem mil habitantes. Em 2015, o índice pulou para 35,3 mortes por cem mil habitantes.

O Maranhão, até então, ostenta a 3ª maior taxa de crescimento do país, depois do Rio Grande do Norte (232%) e Sergipe (134,7%)

Considerando os dados de 2015, a baixa foi de apenas 0,6%: de 2.435 para 2.215 mortes violentas intencionais. A espiral ascendente desde o ano 2000 conhece uma ligeira oscilação exatamente no ano de 2015 e uma oscilação maior no ano de 2016. Uma redução de uma morte na primeira etapa e de 220 mortes na segunda etapa.

Os dados recentes do Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2017, no entanto, traduzem um aumento de 8,5% das mortes violentas intencionais (MVI), quando incluem os dados de 2016, concebendo-se uma variação anual de 2,7% para o último ano.

No intervalo entre 2005 a 2010 o crescimento de MVIs foi na ordem de 65,5%. De 2010 a 2015, foi da ordem de 62,8%. Considerando lapsos de tempo não muito longos (de apenas cinco anos) o resultado é assustador.

Tendências de quedas, por outro lado, já foram observadas nos períodos 2007-2008; 2008-2009; 2009-2010; 2010-2011; e 2013-2014. As oscilações para baixo, por algum tempo traduzem muito mais mudanças conjunturais nos padrões de violência do que propriamente mudanças profundas do contexto das políticas de segurança pública.

Isso explica talvez o incremento de outras modalidades de práticas criminosas traduzindo a territorialização consolidada de facções, como por exemplo. Com efeito, notícias frequentes de imposição da lei do crime em vários bairros de periferia de São Luís indicam o controle dos espaços onde a violência ocorre e como ocorre.

Estaríamos diante de uma conjuntura de menor confronto entre as facções e maior gestão sobre territórios geográficos da periferia, com imposição de rotinas criminais e novos mecanismos de repressão de práticas delituosas vinculadas aos criminosos avulsos.

Pode-se observar tudo isso, mas sem desprezar uma nova incidência do policiamento ostensivo, com a intensificação dos *Blitze* e revistas de veículos nas avenidas, confinando os agentes dos crimes para o interior dos bairros de periferia.

Em escala nacional, a evolução das taxas de homicídios ao longo do período 2005-2015 se deu de forma diferenciada entre as regiões brasileiras. Enquanto houve uma diminuição do indicador para a região Sudeste (que até a década de 90 era a região que concentrava os estados mais violentos do país), observa-se uma virtual estabilidade na região Sul e um crescimento acentuado no Centro-Oeste, Norte e Nordeste, com exceções que mereceriam análise de fenômenos de recorte local.

Portanto, dentre as Unidades Federativas que apresentaram queda da taxa de homicídio entre 2005 e 2015, ainda que todos os estados do Sudeste pertençam a essa lista, há aí representantes de todas as regiões brasileiras.

O Atlas da Violência 2017 constata que, após 2010, verificou-se um aumento de Unidades Federativas que lograram queda nas taxas de homicídio, passando de nove para 12 Unidades Federativas, o que pode indicar uma mudança no sinal da evolução dos homicídios no Brasil, conquanto haja um crescimento contínuo e acentuado principalmente no Nordeste. Pode-se ler a queda dos indicadores na região metropolitana de São Luís nesse contexto analítico, embora os dados da SSP/MA sejam parciais, não permitindo uma avaliação das regiões interioranas do Estado.

O Atlas fez destaque para as maiores diminuições nas taxas de homicídios no período, que aconteceram no Espírito Santo (-27,6%), Paraná (-23,4%) e Alagoas (-21,8%).

Por outro lado, com dados restritos até 2015, o Atlas chamou a atenção para o substancial crescimento da taxa de homicídios no período 2010-2015 nos estados de Sergipe (+77,7%), Rio Grande do Norte (+75,5%), Piauí (+54,0%) e Maranhão (52,8%)¹.

A oscilação para baixo, experimentada pelo Maranhão ocorre logo após um período de paroxismo e saturação, tudo indica, à míngua de políticas específicas direcionadas para a redução das MVIs.

Uma análise mais apurada sobre o fenômeno exige maior amplitude dos dados sobre a violência no Estado, não apenas da região Metropolitana de São Luís.

A incompletude dos dados limita a análise até 2015², exatamente o início de um período de grandes deslocamentos dos padrões de violência no Maranhão, considerando a desterritorialização das facções para o interior, a entrada do novo Cangaço, a estruturação dos atuais mecanismos de repressão policial e a expansão urbana acelerada das periferias dos centros urbanos de médio porte.

Em 2015, São José de Ribamar foi a 4ª cidade mais violenta do país, depois dos municípios de Altamira (PA), Lauro de Freitas (BA) e Nossa Senhora do Socorro (SE), segundo o Atlas da Violência. O deslocamento da violência para o leste da Ilha corresponde ao influxo do sistema imobiliário, palco da mais recente expansão urbana, com disputas territoriais entre ocupações e loteamentos urbanos, muitos deles impulsionados pelos programas de moradia, em franco declínio após a crise política e econômica que instalou no país.

Na periferia, a juventude pobre e negra é vítima e protagonista principal dessa violência, como denunciam os dados sobre a violência na região metropolitana. A rede que se espalha estabelece pontes entre bairros periféricos antigos e as novas ocupações, constituindo um território caótico, sem controle, profundamente marcado por demandas ambientais e sociais.

Em que pesem as novas territorializações da violência na região metropolitana, a Capital continua a liderar os índices de violência, devido a sua grande concentração populacional,

¹ - Embora entre 2014 a 2015 já exista registro de uma tendência de queda na taxa de homicídios de 35,9 para 35,3.

² Os dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública também estão restritos às capitais.

caracterizada por bairros sem infraestrutura e sem políticas públicas fundamentais para a juventude, como escolas de qualidade, espaços de lazer, esporte e cultura.

Não por acaso, dentre as capitais, São Luís ocupou o 2º lugar do país, depois de Fortaleza (CE), nas estatísticas de violência, segundo o Atlas da Violência.

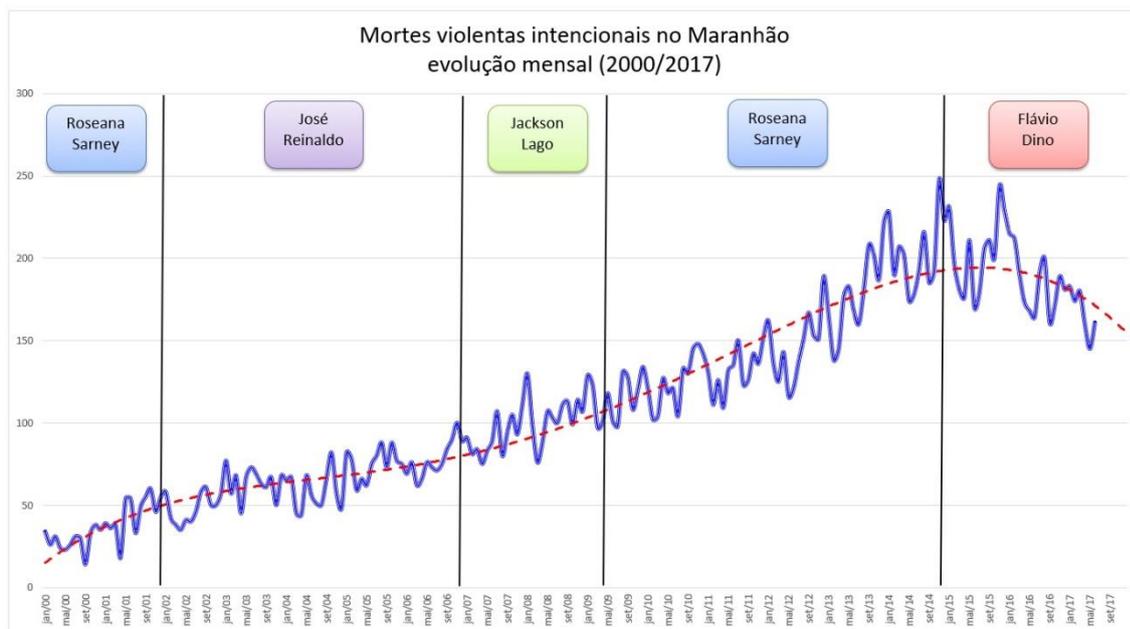
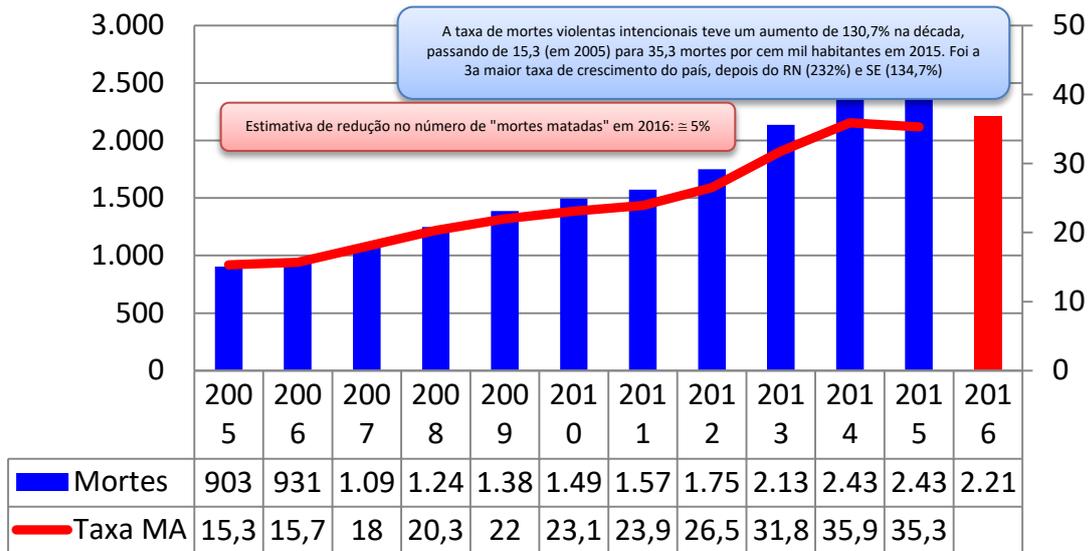
O fato é que em vários Estados, de acordo com o Atlas da Violência 2017, houve redução da taxa de homicídios (Alagoas, Rio Grande do Norte, Paraíba, Espírito Santo, Mato Grosso, Rio de Janeiro, Acre, Paraná, Rio Grande do Sul, Distrito Federal, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Piauí, Santa Catarina e São Paulo), além do Maranhão.

No Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2017 13 capitais conseguiram reduzir seus índices de CVLI, entre as quais São Luís, com a terceira maior redução, figurando entre cidades onde existem programas de segurança pública em andamento.

Portanto, inevitável situar a queda de homicídios na região metropolitana de São Luís no contexto macro de uma tendência de queda dos índices de nada menos do que quinze Unidades da Federação e treze capitais, um fenômeno de deslocamento de um padrão de criminalidade dos grandes centros urbanos para as cidades interioranas.

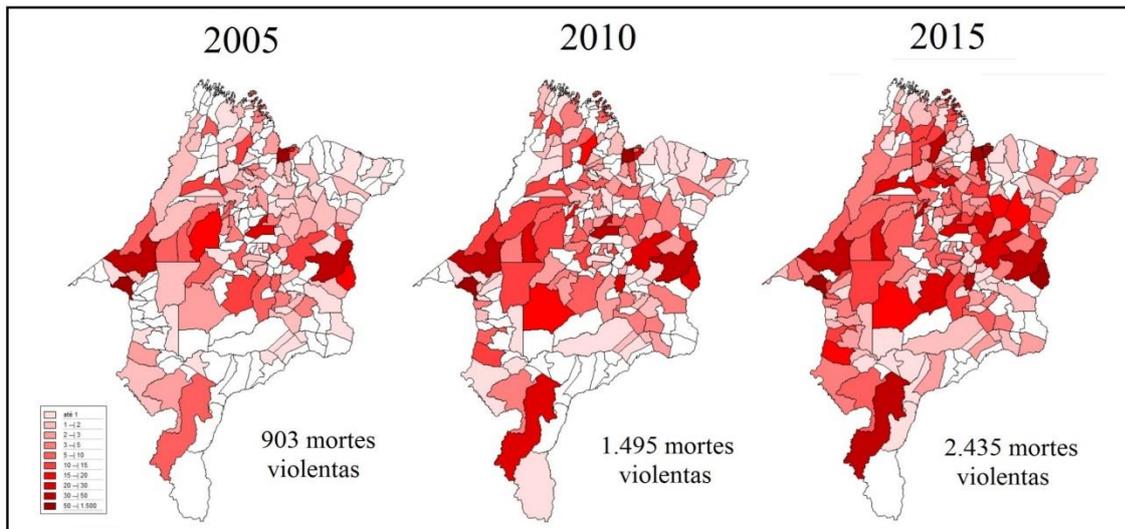
O Estado de São Paulo, por exemplo, de 2005 para 2015, fez cair a taxa de homicídios de 21,9 para 12,2, uma redução de 44%. Sabe-se que em vários desses Estados houve interrupção do processo de crescimento dos homicídios em razão da formulação de um mínimo de políticas públicas com o foco na redução da violência letal. No Maranhão é preciso dizer que inexistem tais políticas, as abordagens estando restritas a um modelo de policiamento via de regra repressivo e ostensivo, sendo o Pacto Pela Paz apenas uma intenção figurativa no contexto das políticas de segurança.

Mortes violentas intencionais no Maranhão (2005-2015, parciais de 2016)

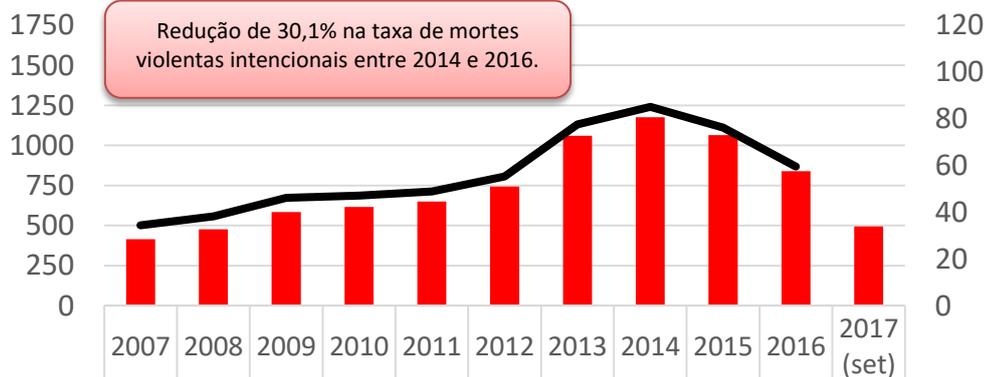


Fonte: DATASUS (2000-2015) e Relatórios da SSP-MA (2016-2017). Os dados da SSP são cerca de 10% inferiores aos dados do DATASUS.

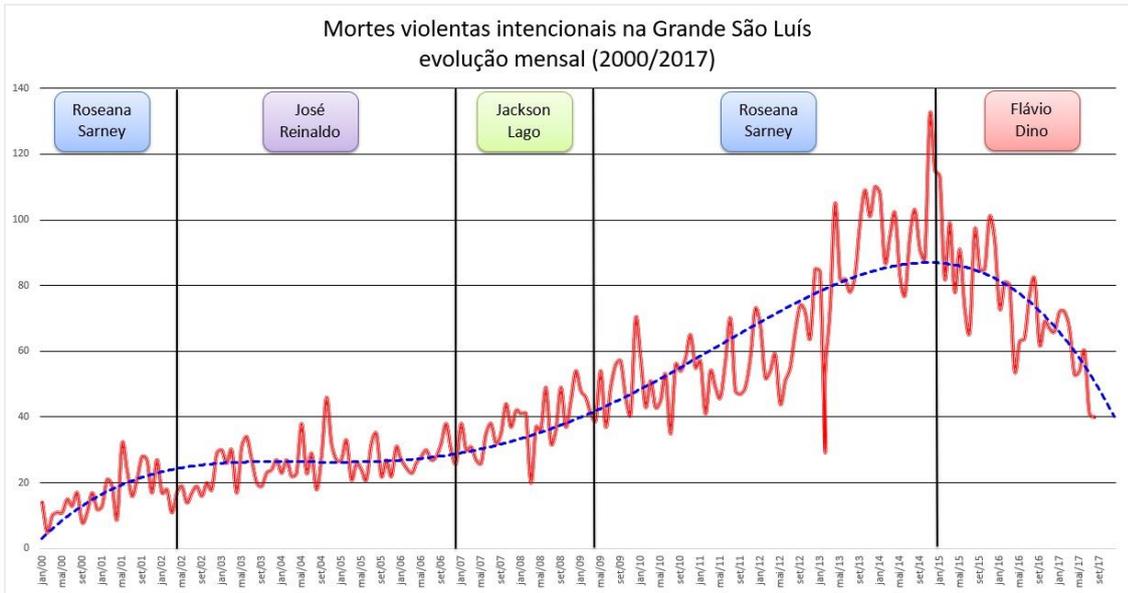
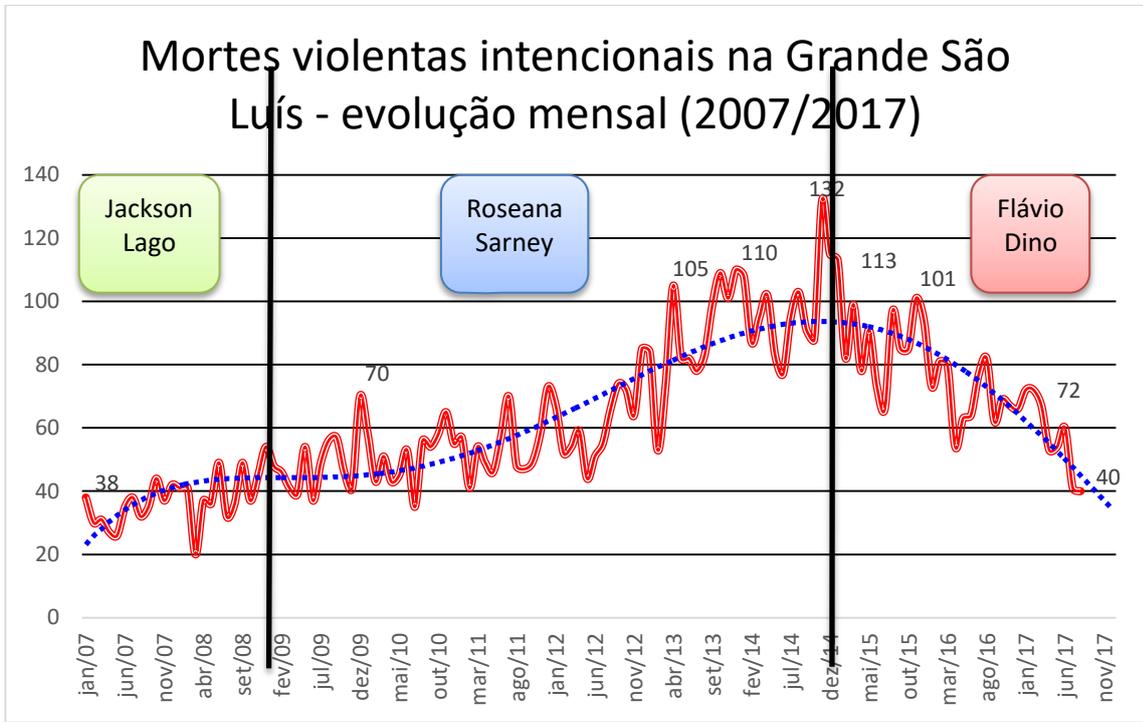
“Guerra civil sentida”, associada à precária urbanização, ao modelo econômico excludente, à ineficácia das políticas públicas e à expansão da criminalidade violenta



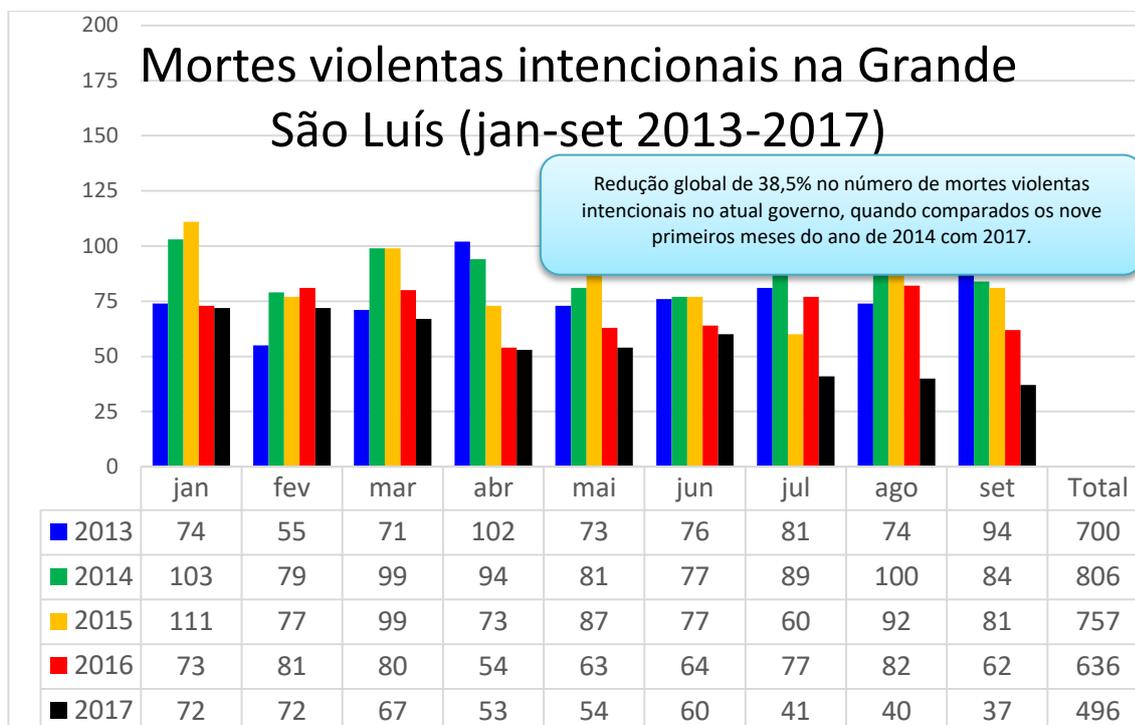
MVI - Mortes violentas intencionais na Grande São Luís (2007-2017)



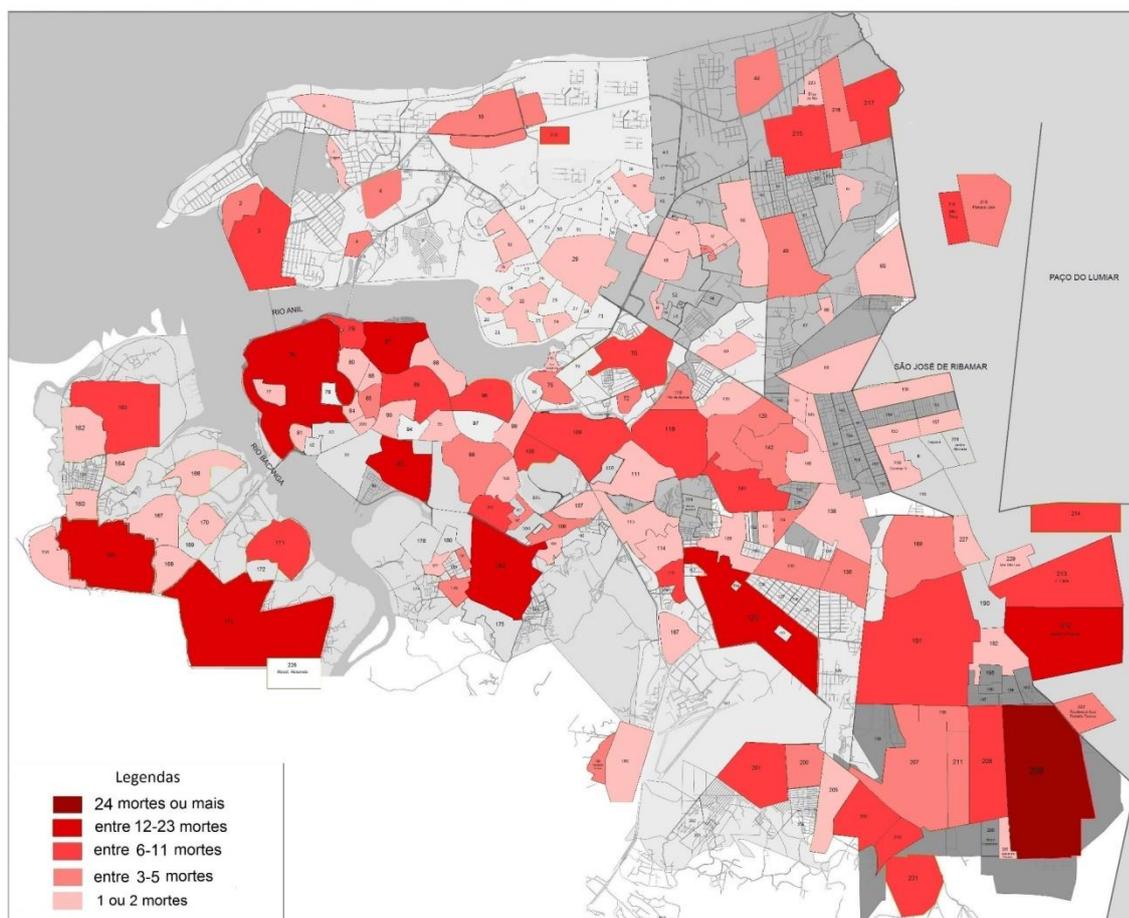
■ Mortes	415	477	584	616	649	744	1.059	1.176	1.064	838	495
— População	1.211	1.249	1.266	1.309	1.327	1.345	1.366	1.381	1.395	1.409	1.421
— Taxa MVI	34,3	38,2	46,1	47,1	48,9	55,3	77,5	85,1	76,2	59,5	



Fonte: DATASUS (2000-2015) e Relatórios da SSP-MA (2016-2017).



Mortes violentas intencionais na Grande São Luís - 2016



(304 cidades brasileiras com mais de 100 mil habitantes)

		População	Número de homicídios	Número de MVCI	Taxa de homicídios	Taxa de MVCI	Taxa global	Posição no ranking nacional
1	São José de Ribamar	174.267	159	9	91,2	5,2	96,4	4ª
2	São Luís	1.073.893	758	36	70,6	3,4	73,9	23ª
3	Paço do Lumiar	117.877	68	6	57,7	5,1	62,8	40ª
4	Imperatriz	253.123	138	0	54,5	0,0	54,5	74ª
5	Timon	164.869	65	2	39,4	1,2	40,6	128ª
6	Caxias	161.137	58	1	36,0	0,6	36,6	138ª
7	Bacabal	102.656	30	2	29,2	1,9	31,2	160ª
8	Açailândia	109.685	33	0	30,1	0,0	30,1	163ª
9	Codó	120.265	31	0	25,8	0,0	25,8	187ª

Fonte: IPEA & FBSP. Atlas da Violência 2017. Obs.: MVCI (Mortes Violentas com Causa Indeterminada).

ROUBOS E ASSALTOS



Se em 2016 o registro desse tipo de crime conheceu uma ligeira oscilação para baixo, em 2017, neste momento, já se registra 97 casos a mais do que no ano anterior.

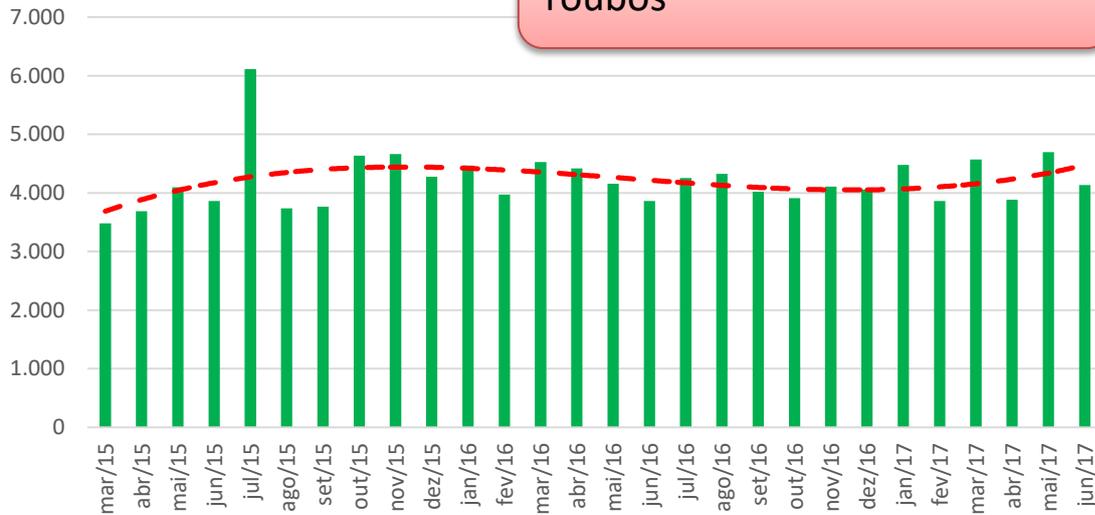
Por outro lado, os assaltos, arrombamentos e saidinhas bancárias tiveram diminuição de 27,4%, no ano de 2017. Em 2015, essas modalidades criminosas bateram recorde histórico no Estado, vindo de uma escala ascendente desde 2011.

Os assaltos a ônibus também tiveram seu recorde histórico no ano de 2015, conheceram uma oscilação de -20,3% em 2016 e em 2017 já traduzem tendência de alta novamente.

Como as abordagens policiais, via de regra, carecem de dados de pesquisa e de uma visão sistêmica sobre eles, mais difícil ainda identificar se a redução obedece a um padrão da conjuntura da criminalidade ou resultante de intervenção em matéria de políticas públicas de segurança, observando que ainda existe confusão entre segurança pública e policiamento.

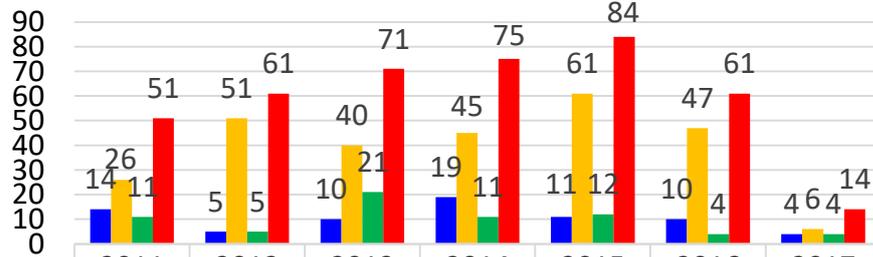
Roubos em geral - Maranhão (evolução mensal

Média mensal 2015 = 4.233 roubos



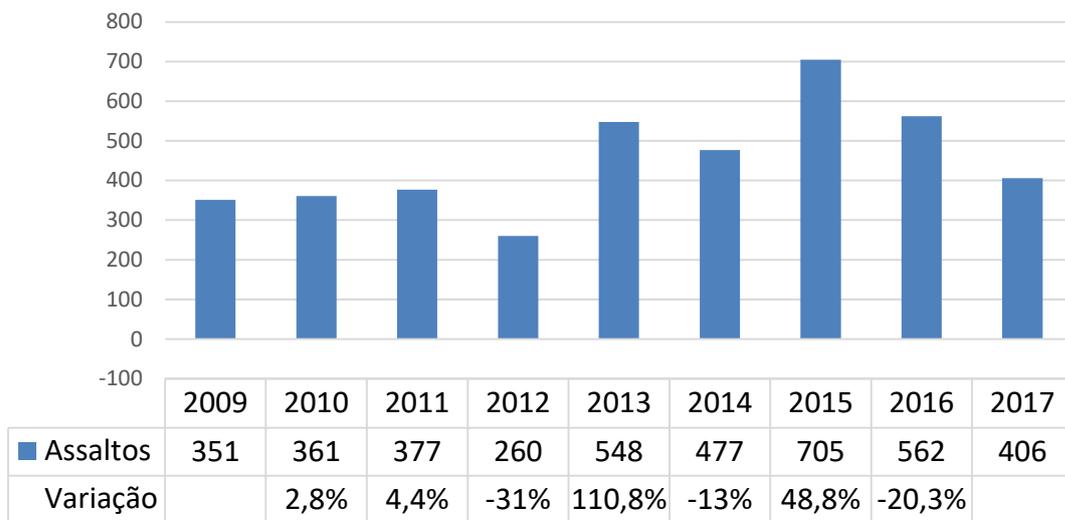
Assaltos, arrombamentos e saidinhas bancárias no MA (2011 a set 2017)

Queda



	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Assaltos	14	5	10	19	11	10	4
Arrombamentos	26	51	40	45	61	47	6
Saidinhas	11	5	21	11	12	4	4
Total	51	61	71	75	84	61	14

Assaltos a coletivos na Grande São Luís (2009 a agosto 2017)



Fobópole: cidade dominada pelo medo da criminalidade violenta



VIOLÊNCIA, VITIMIZAÇÃO E LETALIDADE POLICIAL

GUERRA ÀS DROGAS



- Enxugou muito gelo hoje, amor?

As situações envolvendo letalidade policial podem revelar o modelo de policiamento adotado. No Maranhão, de 2014 para 2015, a letalidade policial cresceu 95%, segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, posicionando a Unidade da Federação no 7º lugar no ranking nacional. E de 2015 para 2016 o índice subiu mais 41,7%.

A letalidade da intervenção da polícia é sensível a comando, à opinião pública e às condições de trabalho. No Brasil, as policiais matam nove pessoas por dia, o que exige reflexão acerca do modelo de policiamento adotado, em convergência com as políticas públicas mais amplas em matéria de segurança.

Os policiais também são vítimas. A letalidade policial também está relacionada ao modelo de abordagem. Se houver mais beligerância e menos inteligência, mas vitimização policial

ocorrerá. Nesse aspecto, chama atenção o fato de que os policiais morrem três vezes mais fora de serviço³.

437 policiais Civis e Militares foram vítimas de homicídio em 2016 no Brasil, um crescimento de 17,5% em relação ao ano de 2015. Em contrapartida, em 2016, 4.224 pessoas mortas em decorrências de intervenções de policiais Civis e Militares, um crescimento de 25,8% em relação ao mesmo período.

Com dados até 2015, o Maranhão detém a 5ª maior taxa de vitimização policial do país. No período 2011-2015 ocorreu um total de 59 mortes, sendo que a) 12 casos em serviço (20,3%); b) 47 mortes fora de serviço (79,7%).

No país em que vivemos, os policiais são caçados pelos criminosos e em contrapartida utilizam de violência excessiva e letal sem grandes questionamentos institucionais⁴.

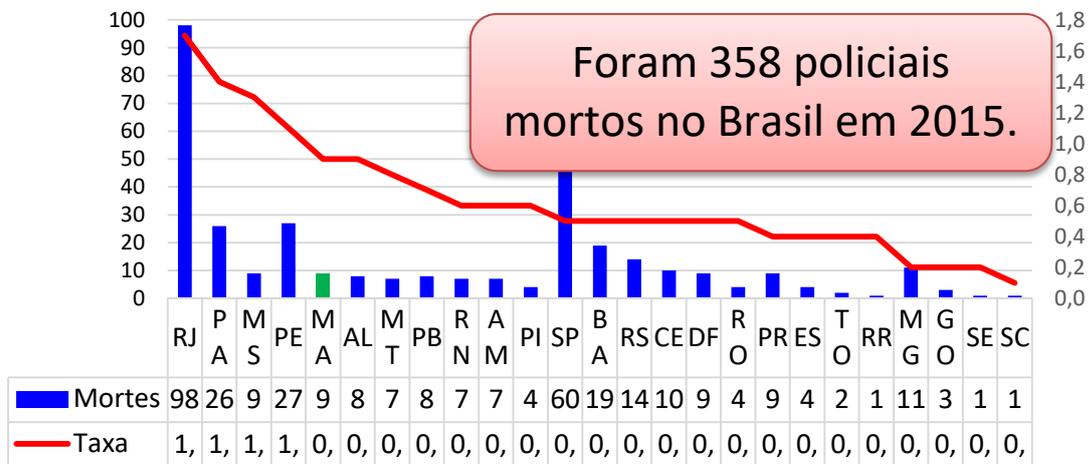
O Estado brasileiro, ao invés de fomentar políticas públicas pautadas na lógica da redução de enfrentamentos (que culminam em mortes de ambos os lados), faz justamente o oposto. No tecido social prevalecem os discursos que estimulam enfrentamentos e resultam em ações letais.

Mesmo diante de uma sociedade leniente com a morte e que a violência é encarada como resposta legítima à criminalidade, existem saídas. Estados que priorizam o enfrentamento do problema e apresentam planos específicos de redução da letalidade policial têm mais êxito nessa tarefa. Não é o caso do Maranhão, por certo, onde o discurso beligerante parte da cúpula do sistema.

³ - Para efeito de comparação, o número de policiais mortos no Brasil em um ano é o mesmo que as mortes de policiais na Inglaterra em 98 anos.

⁴ - Em termos comparados, enquanto a taxa de mortes decorrentes de intervenção policial no Brasil é de 1,6 mortes para cada grupo de 100 mil habitantes, em Honduras, país mais violento do mundo, ela é de 1,2 mortes por 100 mil habitantes.

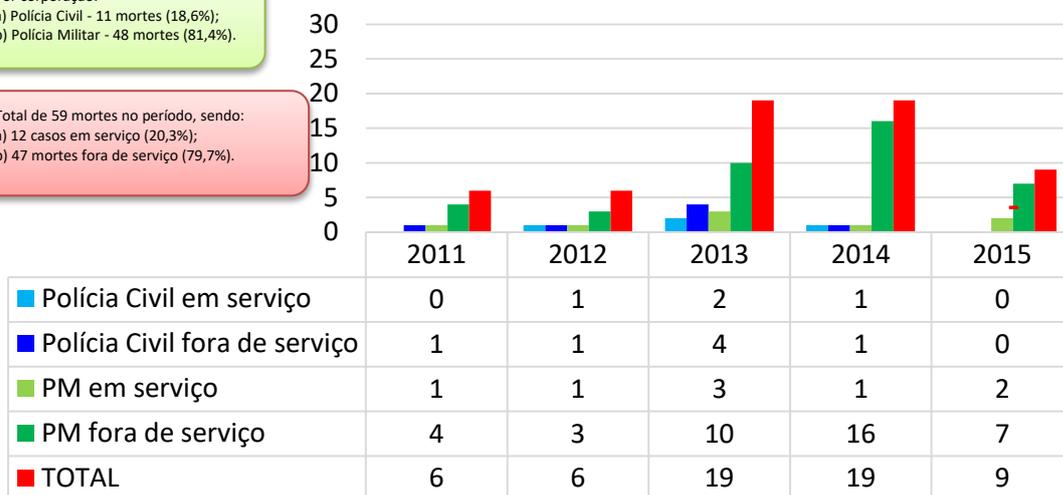
Policiais mortos e taxa de mortalidade (por mil policiais) Brasil (2015)



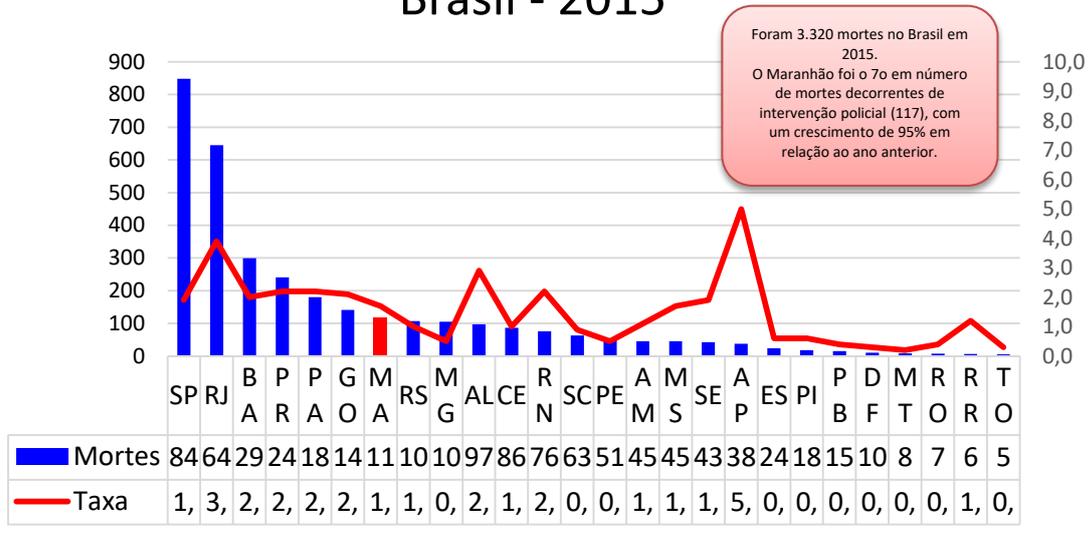
Vitimização: policiais mortos no Maranhão (2011-2015)

Por corporação:
a) Polícia Civil - 11 mortes (18,6%);
b) Polícia Militar - 48 mortes (81,4%).

Total de 59 mortes no período, sendo:
a) 12 casos em serviço (20,3%);
b) 47 mortes fora de serviço (79,7%).



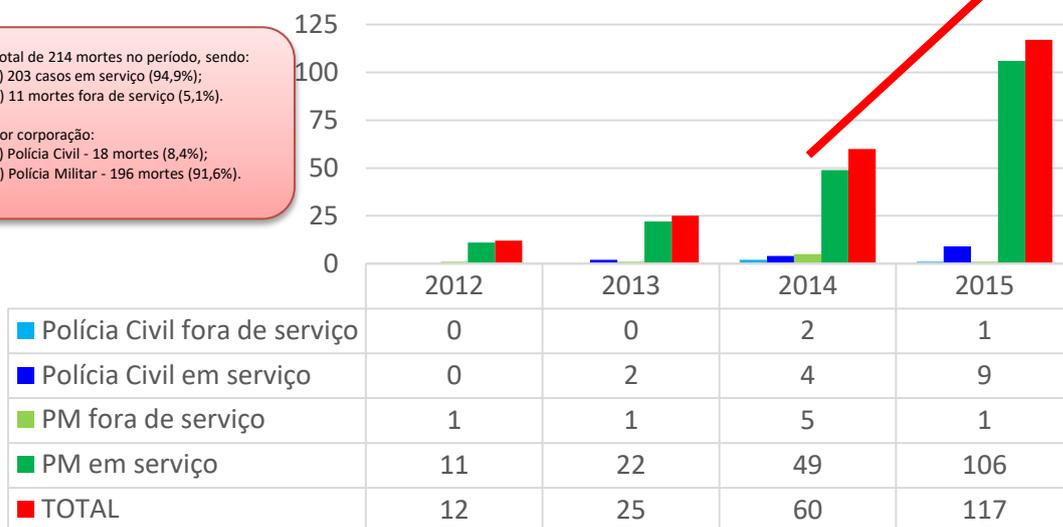
Mortes decorrentes de intervenção policial e taxa de letalidade Brasil - 2015



Mortes decorrentes de intervenção policial Maranhão (2012-2015)

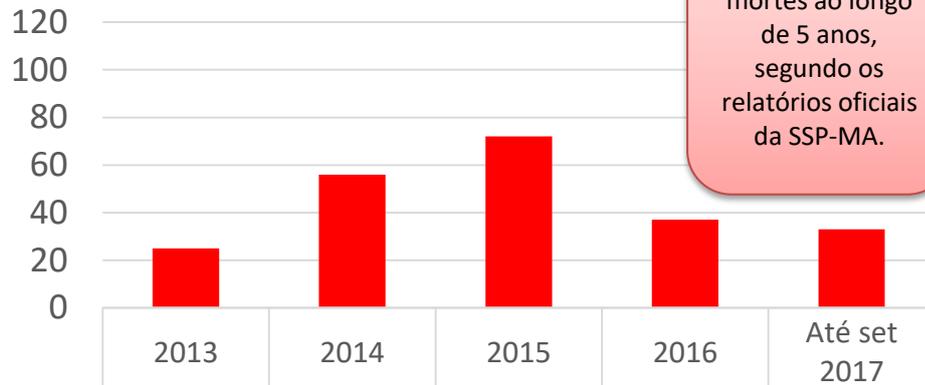
Total de 214 mortes no período, sendo:
a) 203 casos em serviço (94,9%);
b) 11 mortes fora de serviço (5,1%).

Por corporação:
a) Polícia Civil - 18 mortes (8,4%);
b) Polícia Militar - 196 mortes (91,6%).



Homicídios decorrentes de intervenção policial

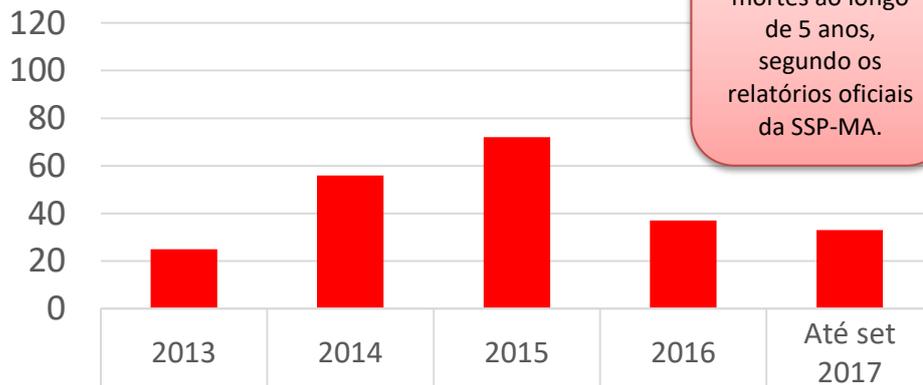
Grande São Luís (2013-2017)



■ Mortes	25	56	72	37	33
variação anual		124,0%	28,6%	-48,6%	

Homicídios decorrentes de intervenção policial

Grande São Luís (2013-2017)



■ Mortes	25	56	72	37	33
variação anual		124,0%	28,6%	-48,6%	

Sistema prisional



No atual governo, a população penitenciária teve um crescimento de 25% (mar/2015 a jun/2017). O número assusta, considerando o mecanismo de desencarceramento das audiências de custódia, com taxa de liberdade provisória na ordem de 47% do total da demanda apresentada.

Os dados do Poder Judiciário do Maranhão sobre os presos também não deixam dúvida quanto aos alvos primordiais da destrutiva política de massiva privação da liberdade, alavancada pela insana, nociva e sanguinária 'guerra às drogas'. Os que escapam da morte prematura resultante da violência introduzida pela proibição nas atividades de produção e comércio das arbitrariamente selecionadas drogas ilícitas; os sobreviventes que superlotam os cárceres, praticamente todos esses sobreviventes são pobres, não brancos, marginalizados, desprovidos de poder.

Por outro lado, é importante notar que a porcentagem de presos provisórios continuou quase no mesmo patamar da última década.

Apesar de o Maranhão haver aumentado sensivelmente o número de estabelecimentos prisionais nos últimos dez anos (atualmente: 13 UPR's da capital; 2 prisões PM e CB; 25 UPR's do interior; 67 delegacias de polícia; 7 APAC's), os gargalos permanecem.

Na década 2007-2017, houve um crescimento de 81,3% do total de presos, por certo consequência da estruturação das facções criminosas, evidenciando-se a curva ascendente a partir de ano de 2013. São um total 9.608 presos, sendo que cerca da metade ainda se concentra na capital. Notadamente, nas prisões maranhenses, ao mesmo tempo em que faltam vagas, observam-se a precariedade das condições de encarceramento e a gestão do cotidiano prisional nas mãos de grupos criminais.

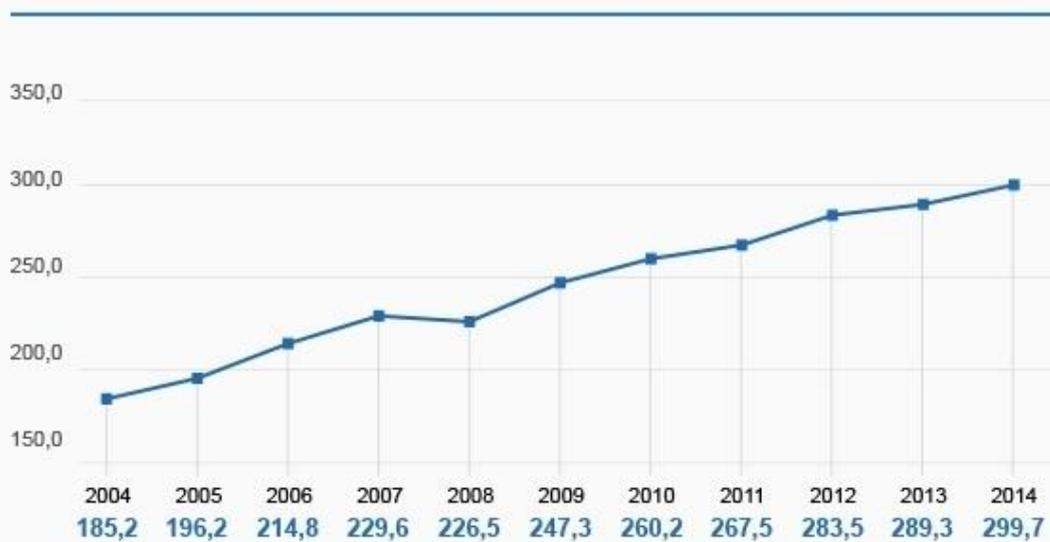
Destacamos que os crimes patrimoniais, em sua maioria roubos e furtos, levam para o cárcere, em boa parte das vezes, pessoas cujos objetos subtraídos valem muito menos do que o custo mobilizado para mantê-las atrás das grades. Crimes contra a pessoa, por sua vez, representam somente 13% das prisões, o que demonstra, de certa forma, a incapacidade do sistema de justiça em priorizar a preservação da vida, já que toda a mobilização se dá em torno do processamento dos crimes ligados ao patrimônio e da Lei de Drogas.

Desse total, 30% respondem pelo crime de tráfico de entorpecentes. Outros 30% se referem responsáveis pela prática de crimes contra o patrimônio. Os crimes contra a pessoa dizem respeito a apenas 13% a massa carcerária do Maranhão, evidenciando o forte modelo repressivo contra os pobres, sob um forte alicerce da política de guerra às drogas.

Existe ainda grande número de presos em custódia nas delegacias de polícias (852, em junho de 2017). Observamos que boa parte das UPRs do interior simplesmente são adequações de delegacias regionais, fórmula encontrada para esvaziar as carceragens das polícias civis.

População aprisionada no Brasil

Veja quantos presos havia para cada 100 mil habitantes desde 2004



Fonte: Ministério da Justiça, com dados do Infopen

Arte/UOL



Fontes: a) período 2005/2013: Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 1ª-8ª edições, 2007-2014; b) período 2014/2017: Unidade de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (UMF / Tribunal de Justiça do Maranhão).

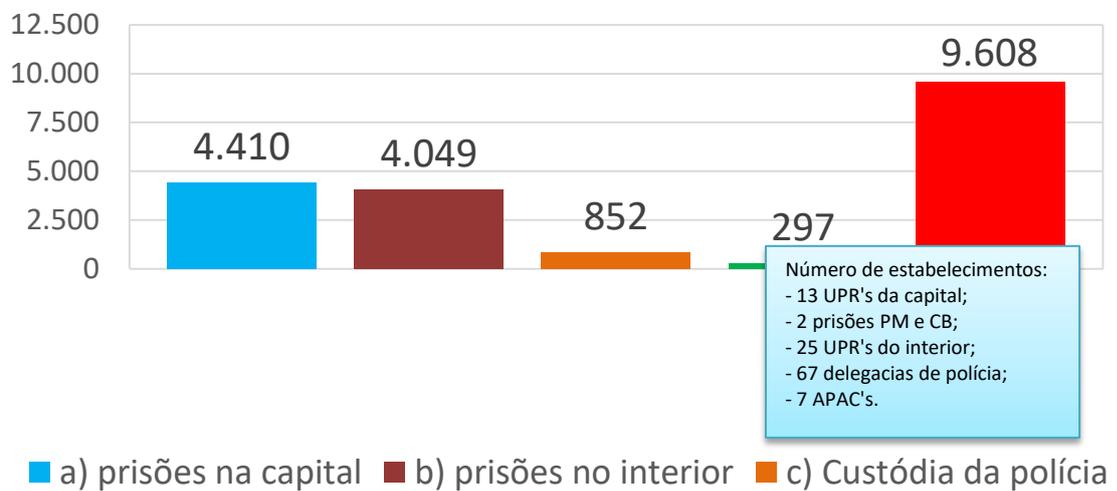
Audiências de Custódia

3.762 audiências realizadas de out/2014 a jun/2017



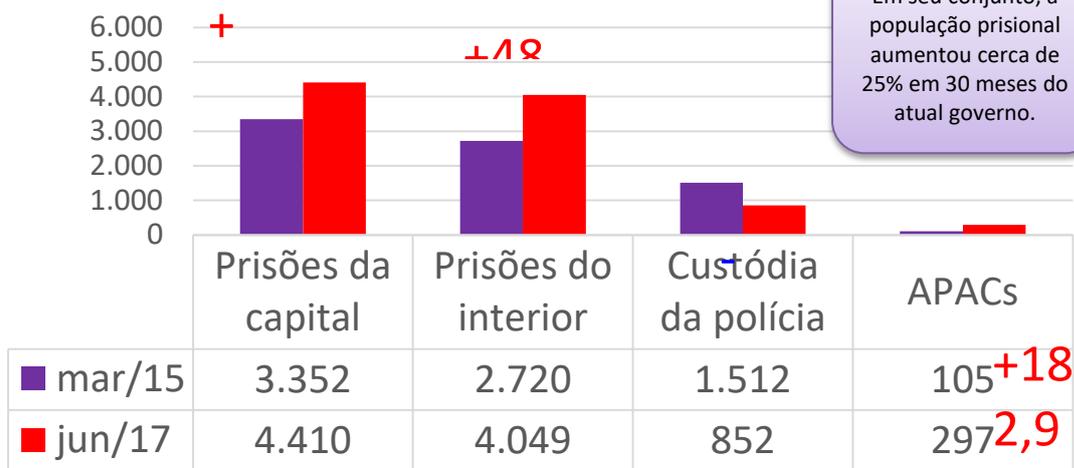
Fonte: Unidade de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (Tribunal de Justiça/MA).

Distribuição dos apenados - Maranhão (jun/2017)



Fonte: Unidade de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (Tribunal de Justiça/MA).

Evolução recente da população prisional (mar. 2015 - jun. 2017)



Fonte: Unidade de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (Tribunal de Justiça/MA).



Fonte: Unidade de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (Tribunal de Justiça/MA).

Unidades de medidas socioeducativas



São onze unidades de medidas socioeducativas no Estado, sete delas radicadas em São Luís. Apesar do número pequeno de adolescentes (273), o Estado não conseguiu implementar o SINASE e 173 deles estão na capital, muitos oriundos do interior do Estado.

As facções criminosas paulatinamente substituíram as gangues e promovem o recrutamento cada vez mais cedo, entre os jovens. Dentro das unidades socioeducativas tivemos vários registros de confrontos entre adolescentes faccionados.

Tal como ocorreu com os adultos, a partir de 2012 houve um incremento das internações de adolescentes em conflito com a lei, com um aumento de 106,8% na década. Simplesmente 79% os casos se referem a crimes contra o patrimônio, associando o perfil dos infratores à pobreza e à exclusão social.

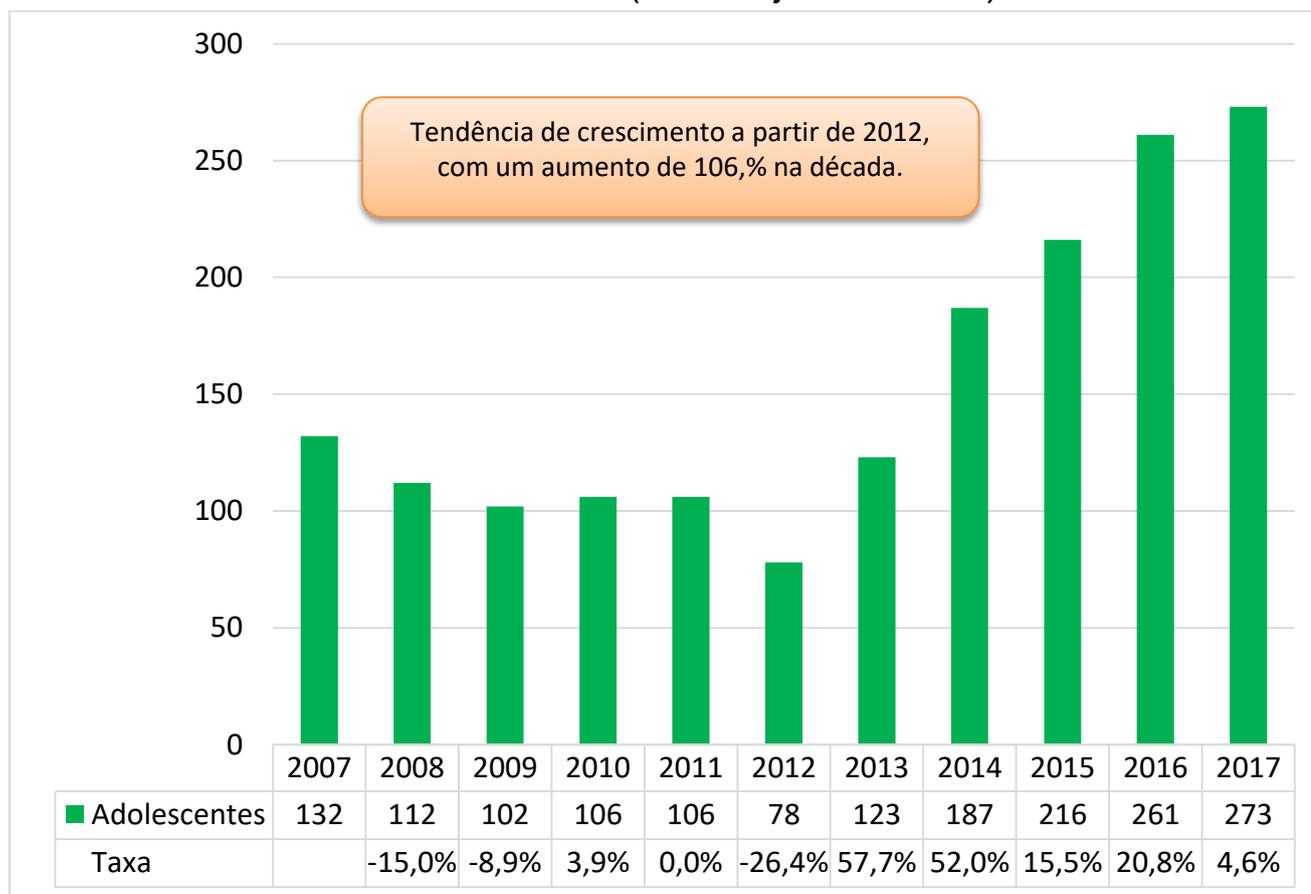
Unidades de medidas socioeducativas – Maranhão (junho/2017)

Cidade	Unidade	Tipo	Capacidade	Lotação	Excedente
RM	Unidade Canaã	Internação provisória masc.	45	106	61
	Unidade Eldorado	Internação	35	49	14

São Luís		masculina			
	Sítio Nova Vida	Intern. masc. - Paço do Lumiar	30	26	---
	Alto da Esperança	Internação masculina	12	12	---
	Florescer	Internação feminina	12	08	---
	Aurora	Internação masculina	30	16	---
	Nova Jerusalém	Semiliberdade	20	0	---
Pinheiro	Pinheiros	Semiliberdade	20	2	---
Imperatriz	Semear	Provisória masculino e feminino	30	13	---
	CSER Tocantina	Internação masculina	30	30	---
	Unidade Cidadã	Semiliberdade	20	11	---
TOTAL	11 unidades	-----	284	273	75

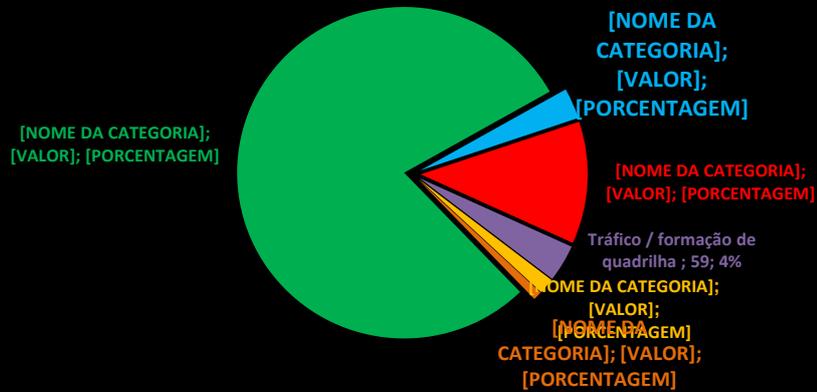
Fonte: Unidade de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (Tribunal de Justiça/MA).

Adolescentes em conflito com a lei, por medidas socioeducativas privativas de liberdade Maranhão (2007 - junho 2017)



Fontes: Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2007-2013); Relatório de Gestão FUNAC 2015-2016; Unidade de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (Tribunal de Justiça/MA), relatório do 1º semestre de 2017.

ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI : MARANHÃO (2016) (1.635 ADOLESCENTES ATENDIDOS PELA FUNAC)



Fonte:

Relatório de Gestão FUNAC 2016.